

Mentalidade de Posse e Ocupação da Terra: Uma Análise e Identificação de Pontos de Vista fundamentais

Reinoldo Knorek ¹
Carlos Loch ²

¹ Unc – Universidade do Contestado
89460-000 Canoinhas
knkrei@bol.com.br ; professorreinoldo@cni.unc.br

² UFSC – Florianópolis
ecv1clo@ecv.ufsc.br

RESUMO: Este artigo, em conformidade com a tese de doutoramento¹, segue à guisa de investigação, para a análise e compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, no âmbito do paradoxo imanente entre o crescimento e desenvolvimento sustentável, envolvendo dois grupos de atores atuantes no meio rural. Um grupo formado por atores que detêm legalmente a posse da Terra e, o outro grupo encontra-se os excluído dessa posse e ocupação. A pesquisa teve sua fundamentação baseada na Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – MCDA – fundamentando-se na ferramenta de construção dos mapas cognitivos, posto que, através de um "brainstorming" realizado com atores proprietários versus excluídos da posse e ocupação da Terra, identificou-se os Pontos de Vista Fundamentais - "PVFs" - como: Políticas, Posse e Ocupação, Economia, Legislação, Elementos Culturais, Ecologia e Educação.

Palavras-chave: COBRAC, Desenvolvimento Regional, Terra, Multicritério de Apoio à Decisão - MCDA.

ABSTRACT: This article, in conformity with the doctor thesis, proceeds to the investigation mode, for the analysis and understanding of the ownership mentality and occupation of the Earth, in the ambit of the immanent paradox between the growth and maintainable development, involving two groups of actors atuantes in the rural way. A group formed by actors that stop the ownership of the Earth legally and other group meets excluded them of that ownership and occupation. The research had its fundamentacion based on the Methodologies Multicritério of Support to the Decision - MCDA - being based in the tool of construction of the cognitive maps, position that, through a " brainstorming " accomplished with actors proprietors excluded versus of the ownership and occupation of the Earth, he/ she identified the Fundamental point of view - PVFs " - as: Politics, Ownership and Occupation, Economy, Legislation, Cultural Elements, Ecology and Education.

Word-key: COBRAC, Regional Development, Earth, Multicritério of Support to the Decision – MCDA.

1 Knorek, Reinoldo. *Mentalidade de posse e ocupação da terra - Um estudo cognitivo-explicitativo entre atores atuantes no meio rural, na dialética de construir uma ecovisão sustentável, frente ao método multicritério de apoio à decisão*. Tese de Doutorado. UFSC, 2005

1 Introdução

Investigar a mentalidade de posse e ocupação da terra, é de certa forma uma atividade minuciosa e que muitas vezes as conclusões são difíceis de compreensão. Mas, certamente utilizando-se de ferramentas científicas, como por exemplo, o MCDA – Múlticritério de Apoio a Decisão-, pode-se chegar a formulações de conceitos e interpretações que, de fato, apresentem a realidade da investigação. Este artigo apresenta os resultados obtidos pelo uso do MCDA do qual buscar-se fundamentar a mentalidade de posse e ocupação da terra, na formulação e conceituação dos elementos fundamentais para uma mentalidade de posse e ocupação da terra de forma sustentável na exploração do setor agropecuário.

2 O processo de construção e apresentação dos mapas cognitivos

Holz (1999, p. 116-120) ao comentar sobre a apresentação dos mapas cognitivos, define-os como: “sendo formados por conceitos e ligações, de forma que um conceito é um bloco de texto que se une a outro bloco através de uma relação de influência, ou passível de influência, e esta relação se representa por uma flecha de sinal positivo ou negativo”. Cada conceito é formado por dois pólos, no caso dos mapas bipolares recomendados por Montibeller. Um pólo é chamado pólo presente (aquele definido para situação em questão), e o outro pólo contraste (representa o oposto psicológico da situação presente).

Os elementos primários de avaliação (EPAs) são os elementos que o facilitador levanta junto ao(s) ator (es) que vão dar origem aos conceitos. São estes elementos que estão desorganizados que precisam ser hierarquizados e que, referem-se em geral, diretamente ao problema que está sendo analisado. Os elementos primários podem ser formados por objetivos e até por meras preocupações, mas podem ter características que diferenciam as estratégias de ação em análise umas das outras. Aqui é que se expressam, através das entrevistas, quais são os Pontos de Vista Fundamentais “PVFs” que serão levados em conta na análise do problema.

O mapa é constituído de forma hierárquica por meios e fins. Ele é conferido a partir dos meios para os fins. Partindo-se de um elemento primário de avaliação (EPA), o facilitador pergunta ao ator “por que aquele conceito é importante?” O ator, então, lhe dá o próximo conceito, que representa um fim em relação ao conceito anterior, que é um meio. Mas, também será possível vir dos fins para os meios, sendo, que, neste caso, o facilitador pergunta “o que é necessário para chegar a esse fim”. Quando se parte de um elemento primário de avaliação e se chega a um conceito, que aparentemente não tem mais ligação com um outro de fim mais alto, chega-se a um conceito cabeça. Geralmente este conceito cabeça denota um objetivo estratégico. Por sua vez, os conceitos que iniciam a cadeia são conhecidos como conceitos rabo, o que mostra que são meios para chegar a fins mais altos.

Os mapas cognitivos podem ser individuais ou em grupos. Entrementes, na confecção dos mapas cognitivos para a fundamentação nesse trabalho, optou-se, pela realização do “**brainstorming**” em grupo. À proporção que foram divididos os atores em grupos: o grupo dos proprietários que se encontram na condição de legalidade na posse “versus” os excluídos dessa posse. Um mapa individual representa a estrutura cognitiva individual. Um mapa composto de um grupo precisa representar a estrutura cognitiva coletiva e é chamado de congregado. Um mapa congregado pode ser construído diretamente com um grupo de atores. Finalmente, um mapa agregado precisa ser representado ao grupo para discussão e consolidação. Ao final de algumas reuniões têm-se os mapas cognitivos congregado.

3 Processo e método de confecção dos mapas dos dois grupos de atores

Esse estudo é um caminho realizado para compreender o “*status quo*” da mentalidade de posse e ocupação da Terra, numa ecovisão holística, entre dois grupos de atores, que atuam no meio rural. A confecção dos mapas foi a partir do “**brainstorming**” realizado com a representatividade dos líderes que atuam nas áreas afins. Um dos grupos foi formado por atores que detêm legalmente a posse da Terra, por outro lado, formou-se o grupo de atores que se encontram excluídos da posse da terra.

Para o escopo do trabalho, considerando-se os objetivos e as hipóteses a serem alcançadas, mais as necessidades existentes de compreender e entender a ecovisão holística rural de posse e ocupação da Terra, que fundamenta este trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo junto aos **dois grupos de atores** que formam as condições ideais, para analisar a mentalidade na ecovisão holística rural de

ocupação da Terra. Para tanto, os atores, por conseguinte, foram divididos em dois grandes grupos de análise: a) **o primeiro grupo formado por 76 pessoas**, o contexto de atores que não estão na legalidade e nem na condição de proprietários, chamados aqui de EXCLUÍDOS, onde, estão incluídos os arrendatários ou meeiros, os sujeitos pertencentes ao Movimento dos Sem Terra (MST) e também os operários da agropecuária. b) **o segundo grupo formado por 54 pessoas**, o contexto de atores que se encontram na condição de legalidade na ocupação das propriedades, chamados aqui de PROPRIETÁRIOS, onde, estão incluídos os índios e caboclos somados a pequenos e grandes proprietários e também os novos proprietários que passaram por projetos de assentamentos elaborados pelos governos estaduais e federais com a posse da nova gleba;

Os dois grupos, que totalizaram 130 pessoas entrevistadas, foram compostos por atores que se encontram na condição dos que ocupam a Terra, localizados no território do Estado de Santa Catarina e distribuídos geograficamente nos municípios de São Pedro de Alcântara, Anitápolis, Biguaçu, Garopaba, Palhoça, Urubici, Canoinhas, Três Barras, Irineópolis, Major Vieira e Bela Vista do Toldo. Já os atores que estão no contexto dos chamados sem terra que fazem parte do movimento MST, foram localizados num acampamento, no município de Três Barras, ao norte do Estado, nas proximidades do município de Canoinhas: aproximadamente 400 Km de Florianópolis. Estes municípios (em negrito na nota de rodapé) locais em que os atores foram entrevistados, estão enquadrados na subdivisão das associações dos municípios que seguem suas denominações regionais AMURC¹ e GRANFPOLIS².

Os dados coletados através de anotações diversas e variadas, resultaram das entrevistas realizadas com os diversos atores, dos **dois grupos**, que formam **dois sub-grupos** de atores envolvidos, os que estão na **legalidade da posse da terra** “versus” os que estão **excluídos dessa posse**, referenciados e voltados para a conformidade da mentalidade na ecovisão holística rural de ocupação da Terra, os quais estão representados graficamente nos mapas cognitivos construídos no processo da metodologia Multicritério de Apoio à Decisão: MCDA.

Uma vez selecionados os **locais** e os **atores**, efetuou-se as visitas “*in loco*” com os representantes dos dois grupos. Nas visitas, para a realização das entrevistas, foram apresentados os objetivos da pesquisa e em seguir efetuado um “*brainstorming*” com os atores. Neste momento a conversa foi tomando forma de entrevista e se direcionou para a apresentação das hipóteses com os objetivos a serem alcançados: para a análise de compreensão da mentalidade de posse ocupação da Terra. As entrevistas foram gravadas, em sua totalidade, ou seja, em todo instante que ocorreram as conversas com os indivíduos que formaram os grupos de atores. As entrevistas gravadas serviram de base para a confecção dos mapas. Assim sendo, logo após o levantamento dos Pontos de Vista Elementares - “EPAs”, apresentados e hierarquizados, foi dado o início para o processo de construção dos mapas cognitivos. Levando-se em conta os elementos primários de avaliação - “EPAs” - procurou-se identificar aqueles que se enquadraram na mesma área de preocupação, indo em direção aos fins, perguntando: “porque ele é importante” e simultaneamente em direção aos meios perguntando: “como isto pode ser obtido”. Dado que, esse procedimento conduz e dá suporte a construção do mapa cognitivo. Dessa forma foi dada sequência no processo de estruturação e montagem do mapa cognitivo para compreender o problema da “mentalidade de posse e ocupação da Terra” apresentado nesse trabalho.

Antes, porém, de identificar os “PVFs” pelos conceitos apresentados nos mapas, foi preciso detectar, primeiramente, o conjunto de cluster. Um cluster, segundo Éden (1988, p. 1-13) é formado por um conjunto de conceitos que representam idéias comuns. Esquemáticamente, os mapas divididos em clusters proporcionaram a identificação das idéias afins que, definiu-se como sendo os “PVFs”. Uma vez que, no processo de depuração do mapa cognitivo, os conceitos foram considerados como possíveis candidatos à “PVFs”. A detecção de clusters foi feita agrupando-se os conceitos apresentados pelos atores segundo o entendimento e visão do pesquisador e, na sequência são apresentados os mapas cognitivos construídos a partir dos dois grupos de atores pesquisados. Certamente um planejamento de uso e ocupação do solo necessita de um completo diagnóstico ambiental, social, econômico e cultural: *de um cadastro técnico multifinalitário* (LOCH, 1990; 1993)

- 1 **AMURC** - Bela Vista do Toldo, **Canoinhas**, **Irineópolis**, **Major Vieira**, Matos Costa, Porto União, Três Barras.
- 2 **GRANFPOLIS** - Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, **Anitápolis**, **Antônio Carlos**, **Biguaçu**, Canelinha, Florianópolis, **Garopaba**, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, **Palhoça**, Paulo Lopes, **Rancho Queimado**, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, **São Pedro de Alcântara**, Tijucas.

Na construção do mapa cognitivo surgiu grande número de conceitos diferentes e/ou conflitantes entre seus membros. Também, no processo de construção do mapa, surgiu uma grande quantidade de conceitos comuns e similares, mas foi possível a agregação dos mesmos. Quando se unificou o conceito, assumiu-se que existe certo grau de similaridade, entre os conceitos dos diferentes atores, de tal forma que os mesmos queriam dizer a mesma coisa, através de palavras similares. Com isso, os conceitos se sobrepõem e não prejudicam a ligação entre os mesmos e tão pouco prejudicou a situação decisória, pois assim, manteve-se a estrutura hierárquica do mapa. Os mapas cognitivos auxiliaram no apoio para compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, se está direcionada para o crescimento ou para o desenvolvimento sustentável. O propósito central da estruturação dos mapas foi o de estabelecer uma linguagem de debate e aprendizagem que promova o entendimento do contexto e na problemática ambiental, entre os dois grupos de atores, que fazem da mentalidade de posse e ocupação da terra, a situação ecológica: voltada ou não para o desenvolvimento sustentável. A metodologia MCDA, como ferramenta para construção dos mapas cognitivos, nos auxiliaram à comparar a complexidade da ocupação da Terra e, também a observação se o contexto decisório dos atores envolvidos na posse e ocupação da terra é determinante ou não para o equilíbrio ambiental.

Esses modelos de mapas criam uma linguagem que permite uma efetiva comunicação entre os vários atores envolvido no processo e, ainda fornecem bases adequadas para a comparação das alternativas que mostram o “status quo” da mentalidade ocupacional: conforme deduzidos dos “PVFs” e dos “PVEs”. Considerou-se que esses “PVFs” são essenciais e desejáveis para serem levados ao processo de avaliação da mentalidade de ocupação. Destarte, posteriormente nas “conclusões” conceituou-se os “PVFs” à título de análise, referenciando-se como: “Análise do ponto de vista na ótica da ...(cada PVFs)” para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra.

4 - APRESENTAÇÃO DA ÁRBORESCÊNCIA DOS “PVFs” E DOS “PVEs” PROPRIETÁRIOS “*VERSUS*” EXCLUÍDOS

Faz-se, em suma a seguir, uma espécie de apresentação dos “PVFs” e “PVEs” sob a ótica criteriosa das sugestões e das “AÇÕES” dos atores atuantes no meio rural. Essa representação exposta na arborescência mostra-se claramente que as linhas de pensamento dos atores que formaram os dois grupos. Pela pesquisa observa-se que os “PVFs” são os mesmos, tanto para os proprietários como para os excluídos da posse e ocupação da Terra.

O processo de análise voltado para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da Terra, que originou esse trabalho minucioso, perpassou pela construção dos dois mapas cognitivos representando assim, a mentalidade dos dois grupos de atores: os proprietários e dos excluídos. Efetivamente, por excelência, destaca-se como “**Rótulo**” ou “**Objetivo Estratégico**”, o ponto de apoio aparente da mentalidade de ocupação da Terra, estampada no mapa-cognitivo dos “**PROPRIETÁRIOS**” que se definiu como: “**TER CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**”. Conseqüentemente e, paradoxalmente, o pensamento do grupo dos “**EXCLUÍDOS**” da posse e/ou ocupação da Terra, têm como rotulagem estampada no mapa cognitivo, uma mentalidade objetivada e voltada para: “**TER GARANTIAS DE SOBREVIVÊNCIA**”.

A representação da arborescência, em que os “PVFs” e “PVEs” devidamente conceituados, definidos e hierarquizados para que a a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da terra, entre os dois grupos pesquisados, são representados na forma de figuras.

Na figura nº 1 mostra-se de forma geral os “PVFs” e, na seqüência a figura de nº 2, mostra-se de forma holística os “PVEs” dos dois grupos de atores: os excluídos “versus” os proprietários. Assim sendo, o panorama geral das duas figuras são apresentados os conceitos oriundos do “*brainstorming*” com os atores que foram os dois grupos, para a compreensão da mentalidade de posse e ocupação da terra, voltada para o crescimento e/ou desenvolvimento sustentável.

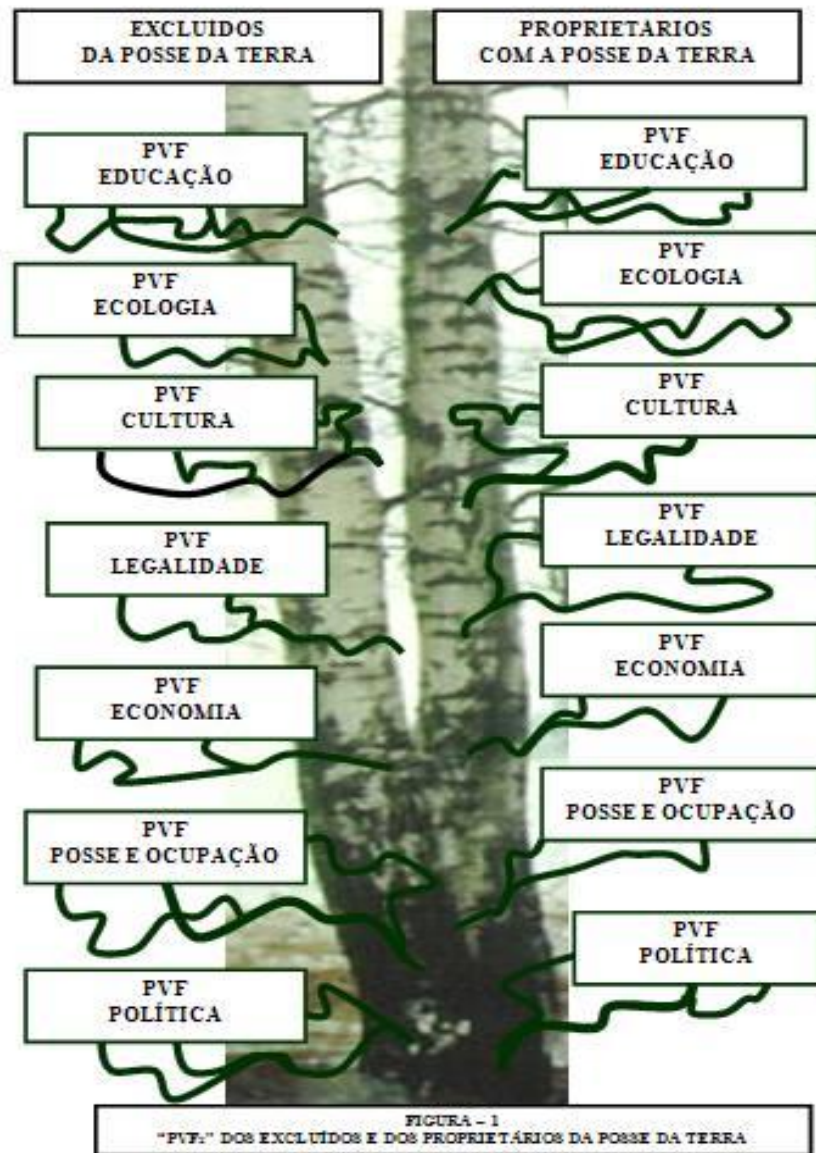
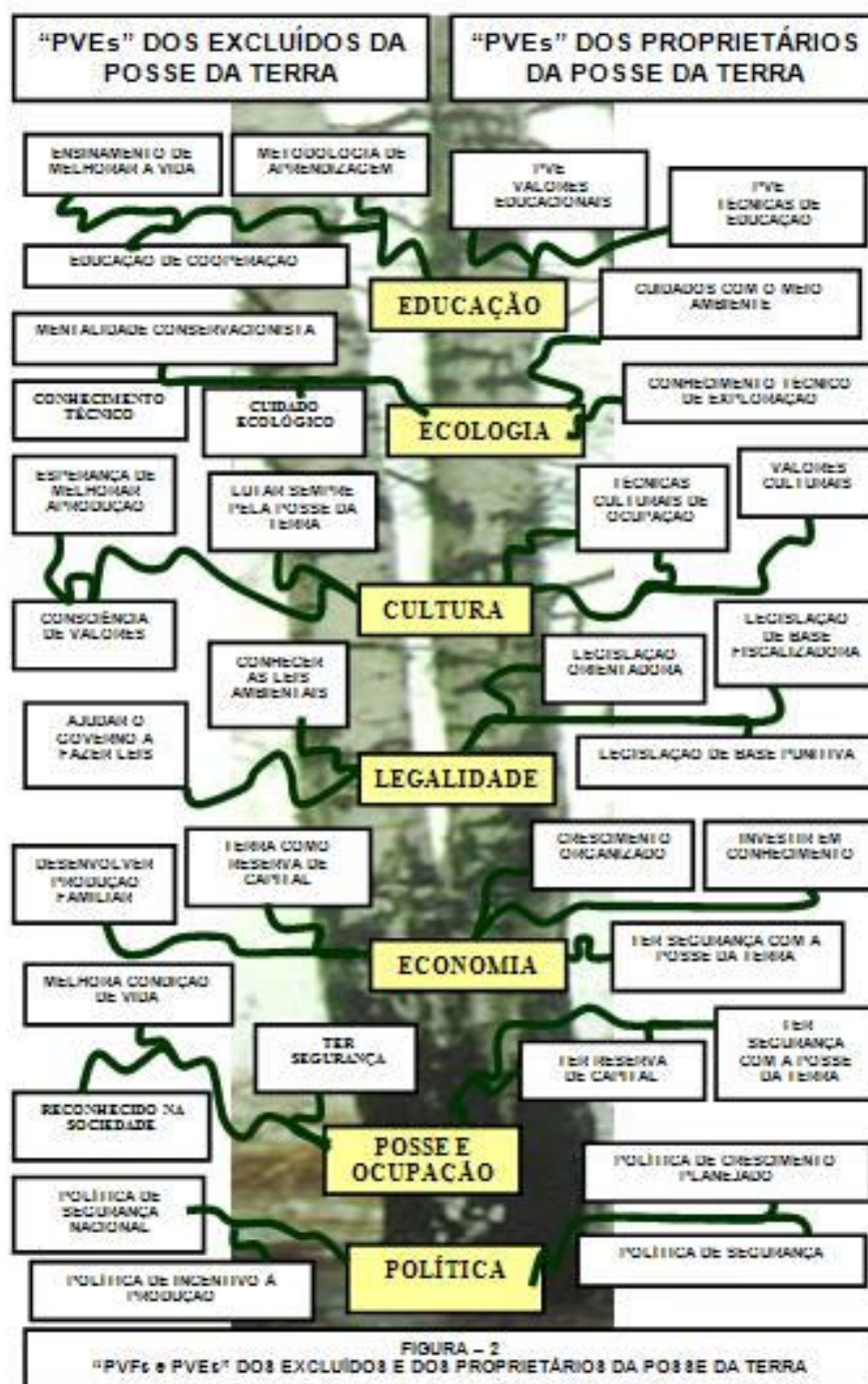


FIGURA - 1 "PVFs" DOS EXCLUÍDOS E DOS PROPRIETÁRIOS DA POSSE DA TERRA



FIRURA 2 - PVFs e PVEs"

4 - ANÁLISE E ENFOQUE SOBRE OS PONTOS DE VISTA FUNDAMENTAIS

Um conjunto de idéias pertinentes à mentalidade de posse e ocupação da Terra, faz-se da interpretabilidade dos elementos fundantes pelos “PVFs” uma amálgama de considerações. É “*Tremendum et fascinosum*”¹ compreender para onde caminha a humanidade, voltada por muitas vezes, para desenvolver uma ecovisão de forma sustentável em que, a complexidade e a perplexidade geram a desordem em vários campos que a ciência investiga. Abandonar a tentativa de explicar o fenômeno da mentalidade de posse e ocupação da Terra, não é possível sem ser através de uma metodologia dialética de análise do qual, se tecem redes gigantescas de causas e efeitos para poder explicar as “*estruturas locais*” a saber: é trocar uma série de dificuldades bem mapeadas, por uma outra quase desconhecida. Uma questão abrangente é: se a revolução da mentalidade ocupacional é uma resposta ou é um caminho universal e/ou até mesmo um local a ser encontrado. Seria encontrar soluções para se efetivar um consenso construído entre os Pontos de Vista Fundamentais.

Destarte, em conformidade com o que diz respeito à luz da análise dialética, volta-se ao “PVF” como “**Análise do ponto de vista na ótica da POLÍTICA**” em que se dá de maneira geral as razões surgidas da mentalidade política, desenvolveram-se de forma em que a tomada de decisões, na maioria das vezes, é feita por pessoas que estão fora das áreas técnica e do conhecimento científico. A falta de conhecimento técnico dificulta o crescimento e a sustentabilidade e, também, a falta de uma Política de desenvolvimento resulta no grande contratempo do crescimento sustentável. Certamente, essa falta de conhecimento técnico, também, elimina e exclui os atores que querem viver da exploração na agropecuária. É paradoxal manter-se sustentável com políticas que visam somente o interesse da classe dominante. A Política de ocupação e distribuição de terra, no contexto da atualidade, está dificultando o crescimento e sustentabilidade. O desenvolvimento, também, produz desertos e, será necessária uma vontade Política de mudar ou não mudar os Pontos de Vistas Fundamentais, promovendo ações que revertam o quadro que seguem a mentalidade ocupacional. Foi observável no PVF da **POLÍTICA** em que a mentalidade do excluídos voltara-se para uma política de segurança nacional, política de incentivo a produção. Em contrapartida, na mentalidade de visão política dos proprietários, volta-se para uma política de **crescimento e planejamento**, uma política de segurança. Ou seja, na visão da política ocorrem algumas divergências e algumas conformidades, pois na visão dos excluídos a política volta-se para se ter uma segurança, enquanto que para os proprietários a política deve ser voltada para crescimento planejado.

O “PVF” em “**Análise do ponto de vista da POSSE E OCUPAÇÃO**” dá-se historicamente, pelo trabalho e pela busca de garantias da posse como propriedade privada, inclusive, foi e se fundamenta por um processo histórico que, muitas vezes é de difícil compreensão como exemplo a **Guerra do Contestado**. Todavia, embasados por uma “tradição cristã” que, nunca defendeu tal direito como sendo absoluto e intocável, pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos utilizarem os bens da criação na dimensão holística da ocupação². De fato, dá-se, porém, que o direito à propriedade privada está subordinado ao direito de uso comum, subordinado à distinção universal de bens. Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensinamento da doutrina da Igreja Católica³, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho, a propriedade adquire-se, primeiro, que seja tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho.

A posse da propriedade deve servir ao trabalho para a designação do primeiro princípio que a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. A dignidade do trabalho agrícola, em que se trata de um setor muito vasto e, é no âmbito do trabalho em nossa Terra e deve dar e torna-se de direito - para todos, a aquisição da posse da terra - pelo bem comum de cuidar e pelo trabalho. O mundo agrícola que proporciona a sociedade os bens necessários para a sua sustentação cotidiana, reveste-se de uma importância fundamental. As condições são muito diferentes em diversos países. Isso não só da parte técnica, mas no reconhecimento dos justos direitos dos trabalhadores. Os princípios da responsabilidade surgem a partir do momento em que nos descobrimos sujeitos de nossos atos e nos damos conta das consequências desses para com os outros e para com a natureza. Responsáveis, certamente no caso a água e o solo. Aja qualquer tipo de ato ou ação, mas, que sua consequência desejam benfazejos para a vida de todos os seres vivos.

O princípio ético como o princípio da co-responsabilidade na posse da terra, vale sempre, mas sua aplicação prática deve ser bem contextualizada para ser efetivada e, a mentalidade de ocupação da terra,

1 Tremendo e fascinante

2 Verificar na Tese - KNOREK - no item - 4.3 - História da ocupação na tradição bíblica como promessa.

3 LABOREM EXERCENS. P. 76-78

a crise da água que é a crise planetária, exige uma solução planetária e dentro dos limites de temporal curto. Os principais princípios éticos que devem operar, sinergeticamente, se ordenam a algo fundamental: a sustentabilidade da água e da ocupação da terra ligados ao seu uso, tanto para os seres humanos como para os demais seres da comunidade de vida. A posse e ocupação da terra se relacionam diretamente para os que, aí se encontram e, para aqueles que virão a ocupar este espaço, sobretudo, em gerações futuras.

A mentalidade ocupacional sob a ótica do “PVF” de Posse e Ocupação, demonstra-se que a mentalidade dos excluídos se fundamenta: ser reconhecido na sociedade, ter segurança, melhorar a condição de vida. A posse é independência pra muitas famílias, que excluídos da posse lutam em defesa de reforma agrária e do desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar. Querem uma ampla reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. Por isso defendem um plano nacional de Reforma Agrária. Exigir das autoridades a desapropriação dos latifúndios como caminho constitucional para garantir a função social da terra. Ter respeito aos direitos humanos no campo, no combate a violência. Planejar a produção familiar que leve em conta a diversidade regional e a economia local. É na busca de implantação de agroindústrias populares, cooperativas e associações, em fim muitas são as propostas para se conquistar a posse da terra. Em contrapartida sob a ótica do PVF da Posse e ocupação dos proprietários a mentalidade volta-se para: ter reserva de capital, ter segurança com a posse da terra.

O “PVF” em **“Análise do ponto de vista na ótica da ECONOMIA”** dá-se de maneira em que as razões econômicas, na atualidade, brigam de forma com que cada qual defenda seu jogo de interesses. Ademais, em contrapartida existem e se formam, com consciência, uma geração de militantes ecológicos que defendem, acima de tudo o bem estar e a garantia de vida para gerações futuras. A economia vem seguida de novas tecnologias em que o seu uso têm preferências por aqueles que servem sempre alguém que tem o poder. Poder esse fundamentado pelo capital para adquiri-la e usá-la sem controle ou limite. Isso é observável no uso de uma simples tecnologia, que após a descoberta do ferro e o seu uso, desenvolveram-se tecnologias que facilitaram a vida do homem, como o motor-serra, que além de simples, causa destruições com seu uso excessivo: em busca do crescimento econômico. E, também, o uso excessivo de tecnologia debilita os ecossistemas, em especial aqueles que não são renováveis. A busca incessante pelo desenvolvimento econômico, á séculos tem avançado com a ciência e pela técnica, desprende prejuízos incalculáveis e vergonhas nos âmbitos sociais, ecológicos, comunitários e pessoais da humanidade. A economia é responsável pela maior parcela imposta ao ritmo acelerado ao progresso do homem e da sociedade, no contexto atual e futuro, que coloca um risco fatal à todo ecossistema de vida planetária. O sistema que impera no mundo moderno é montado pelo forte esquema do desenvolvimento a qualquer preço. Certamente, fazem-se necessários novos paradigmas ocupacionais. Uma amálgama de novos paradigmas que sejam de consenso construído. Isso não ficou diferente na mentalidade apresentada nos PVE dos atores excluídos em que o crescimento econômico, investimentos, conhecimento técnico e reserva e poupança perpassa por sua maneira de pensar a ocupação. Em contrapartida os proprietários buscam ter uma sustentabilidade econômica, um crescimento econômico e certamente o retorno de capital investido na exploração das reservas naturais e no uso da terra.

O “PVF” em **“Análise do ponto de vista na ótica da LEGALIDADE”** dá-se de maneira em que legalidade da sociedade é um ponto fulminante para manter a ordem social. É através das leis que se tem garantia da propriedade privada. Em certos países em vias de desenvolvimento, incluindo com certeza o Brasil, há milhões de homem, que se vêem obrigados a trabalhar e cultivar terras de outros e que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de alguma vez poderem chegar à posse nem sequer de um pedaço mínimo de terra: “como sua propriedade”. Terras cultiváveis são deixadas ao abandono pelos proprietários. Títulos legais para a posse de um pequeno pedaço de terra, cultivado por conta própria de anos cultivados e usados, ficam sem defesa diante da fome da Terra. Em muitas situações, portanto, são necessárias mudanças radicais e urgentes nas leis, para restituir á agricultura – e aos homens no campo – o seu justo valor como base de uma sã economia, no conjunto do desenvolvimento da comunidade social em que, é pela Lei que o coloca em condições de igualdade social todo ser humano. É evidente, porém que a mentalidade apresentada nos PVE dos atores excluídos, dos quais a legalidade perpassa pela penalidade, pela ordem social, pelo controle ambiental e pela orientação legal. Em contrapartida os proprietários defendem uma mentalidade que perpassa pela legalidade de uma legislação rígida em defesa da propriedade, uma legislação de orientação, e uma legislação local.

O “PVF” em **“Análise do ponto de vista na ótica da CULTURA”** dá-se de maneira em que a mentalidade de posse e ocupação da terra perpassa pelo entendimento da própria ocupação das terras no Brasil e, é notório que alguns estudos concluem que: é necessário remontar às **“raízes”** fundantes do povo e encontrar nessas raízes a base da mentalidade ocupacional, as sagas como a Guerra do Contestado que, por muitas vezes, os confrontos e conflitos, são refletidos no contexto da atualidade da ocupação. A

origem, por exemplo, das **“raízes nativas”** em que os índios que residiam no Brasil, com suas tradições, costumes, religiosidade, crenças, manifestações culturais, forma de se organizarem, refletiram de forma visível às manifestações de ocupação: pela busca de grandes extensões de terra. Já, enquanto às **“raízes dos hispânicos e lusos”** em que a tradição, normas, doutrinas, conquistas e limitações do território fazem parte de sua cultura. Naturalmente, ao fazer-se, uma leitura da **“raiz afro”** encontram-se nos costumes, nas concepções de Deus, da terra, ritos, cores, música, danças, certamente o desejo da liberdade na ocupação da terra. A partir de um breve esboço histórico das **“raízes açorianas”** dentro de suas tradições, festas, forma de organização, modo de ser e de viver, crenças encontra-se na posse e ocupação da terra, preocupações direcionadas e voltadas mais ao mar do que com relação à ocupação da terra, em especial nas comunidades de pescadores. Esse fenômeno é nítido e observável, no mosaico mapeado, principalmente, nas cidades históricas no litoral brasileiro, em que se desenvolveram e povoaram cidades e vilas, em que é demonstrado neste contexto, que a mentalidade ocupacional, desse povo era despreocupada, pois as ruas abertas são estreitas e, muitas ruas conhecidas como servidão e, também é observável na arquitetura em que as casas foram construídas muito próximas, quase que coladas umas sobre as outras.

É notório, certamente, como concluem estudos recentes em que, as **“raízes da primeira colonização européia”**, no Brasil, a partir do século XVIII, tiveram seu início pela colonização dos alemães e posteriormente italianos e poloneses. Estes trouxeram em suas raízes culturais uma nova maneira de ocupar o território brasileiro. E, assim, chega-se ao que provavelmente constitui o âmbito imigratório das ocupações, completando-se com as **“raízes fundadas da segunda imigração”**, a partir do século XIX, com imigrantes da Europa Central, norte da Europa, da Ásia e do Japão, que certamente, trouxeram, também, sua cultura e mentalidade ocupacional: uns voltados para um crescimento outros para um desenvolvimento sustentável. Indubitavelmente, a Segunda Guerra Mundial delimitou e estabeleceu uma nova ordem mundial: a divisão do mundo em dois blocos. De um lado os capitalistas, de outro lado os comunistas. Com isso surgem alguns fenômenos sociais como: a industrialização, a urbanização, lutas de classes sociais, avanço de ciências sociais, migrações internas e o êxodo rural que marcou essa nova mentalidade ocupacional e que hoje se reflete em nossa sociedade.

Tamanho é a influência cultural na posse e ocupação da terra que a mentalidade dos atores excluídos buscam: lutar sempre pela posse da terra, esperança de melhorar a produção, ter consciência de valores. Em contra partida, a mentalidade do ponto de vista da cultura dos proprietários voltam-se para: técnicas culturais de ocupação, valores culturais.

O “PVF” voltado para uma **“Análise do ponto de vista na ótica da ECOLÓGICA”** dá-se de maneira em que as razões ecológicas e ambientais se dão a partir de uma mentalidade de ocupação rural da Terra - um olhar emergente na construção deste conceito de ambiente - que significam as concepções do progresso, do desenvolvimento sem limite, para configurar uma nova racionalidade social que se reflete no campo da produção e do conhecimento, da política e das práticas educativas. O ambiente emerge, assim, de seu campo de externalidades das ciências, do poder centralizado e da racionalidade econômica. A mentalidade ecológica sacode o jugo de sujeição e desconhecimento ao qual foi submetido pelos paradigmas dominantes do conhecimento. O saber ecológico emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, que hoje convergem os tempos históricos de ocupação, tanto rural como urbano, já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica, mas os tempos de sobrevivência. É a confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem – da economia, da ciência e da tecnologia de produção - por uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura com princípio de cuidar do ecossistema. O princípio do cuidado, esta no ser humano com “um ser que cuida”, sem esse cuidado nenhuma vida vive e sobrevive. O cuidado é aquela predisposição que antecede qualquer outro ato e que permite que ele surja, com a inteligência, a vontade e a criatividade. O cuidado é uma relação amorosa para com a realidade, supõe envolvimento, desvelo e atenção especialmente para os seres vivos. Toda relação entre seres vivos pressupõe o cuidado porque é sempre uma pré-ação, gerenciam-se coisas, do povo cuida-se. Hoje é visível a falta de cuidado com o ecossistema ambiental, com os solos, com ares, com os rios, enfim com o planeta.

A mentalidade de ocupação da terra muda conforme as ideologias, o contexto local ou global, força de reação e ação, forma da cultura dominante, defesa de crescimento ou exploração. É citar a fala de Morin: **“Para pensar localizadamente, é preciso pensar globalmente, como para pensar globalmente é preciso pensar localizadamente”** (2001. pg 25). É evidenciado, portanto, que a mentalidade apresentada, nos PVE, dos atores excluídos a ecologia perpassa por uma mentalidade conservacionista, por um conhecimento técnico e por um cuidado ecológico. Em contrapartida os proprietários defendem uma mentalidade que perpassa pela pelo cuidado com o meio ambiente e por conhecimentos técnicos de exploração.

O “PVF” das **“Análise do ponto de vista na ótica da EDUCAÇÃO”** dá-se de maneira em que por detrás do desafio do global e do complexo, esconde-se um outro desafio; o da expansão descontrolada do saber: a educação. Destacam-se três grandes desafios de organização do saber: **o desafio cultural, o desafio sociológico e o desafio cívico**. Um problema crucial de nossa época é o da necessidade de destacar os desafios interdependentes que se acabam de levantar. A reforma do pensamento é que permitiria o pleno emprego da inteligência para responder a esses desafios e permitiria a ligação de suas culturas dissociadas. Trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, concernente a nossa aptidão para organizar o conhecimento. A reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar a reforma do ensino (Morin, p.13-20). A mentalidade ocupacional voltada para um crescimento sustentável perpassa, sem sombra de dúvidas pelo vícios da educação. Educar é criar nova consciência, com uma mentalidade de defesa em que se garanta a vida, no hoje e no amanhã. Existem técnicas educacionais que possibilitam chegar a conhecer ou outro localmente. Basicamente isso é feito pelo relato do outro para um observador, um educador, que por sua vez, parte dos relatos que ouve e recolhe. É pela educação que se conseguirá compreender que todo ecossistema planetário depende de cada um que vive nele e, que é da maneira de pensar e agir – nossa mentalidade de ocupação - que somos responsáveis por nós mesmos e por toda humanidade: é a solidariedade e compaixão pelo outro. O princípio da solidariedade em que todos os seres são interdependentes, porque vivem enredados numa teia de relações de cooperação e solidariedade que garantem a suas sobrevivência e sustentabilidade. Uma vez que a mentalidade de ocupação dos atores excluídos perpassa por uma metodologia de aprendizagem, uma educação de cooperação e um ensinamento de melhorar a vida. Em contrapartida essa fundamentação perpassa pelo vícios da educação na mentalidade dos proprietários na busca de uma educação com valores educacionais e por técnicas de educação.

5 Conclusões

Certamente, alguns pontos para uma reforma agrária dar certo é a concretização do consenso entre os PVFs. Além da posse da terra, é preciso que existam créditos e capacitação tecnológica, pois a tecnologia também exclui se for usada de forma errônea. Quanto a garantia, por parte do governo acesso aos produtos produzidos pelos assentados nos mercados mais próximos dos assentamentos, uma logística eficiente de mercados nacional e intencional. Devem-se criar empregos, não rurais nas regiões dos assentamentos, pois no médio prazo a tecnologia vai desocupar muita mais gente no campo do que assentados. Contrabalançar os subsídios que os países ricos oferecem aos seus agricultores, de modo a dar competitividade aos produtores assentados. Lutar somente pela terra não basta é preciso empreendimentos que os tornem sustentáveis ou em busca contínua de crescimento. Subsidiar cursos de capacitação para trabalhadores rurais à nível de ensino médio (profissionalizante) e Universitário voltados para questões agrárias.

Recomendação de ordem Técnica - quando a terra é arada com máquinas ou boi, todos os anos, recebem sempre a mesma cultura, bastante agrotóxicos, tem a resteva queimada, a vida que existe dentro de esponjas começa a morrer. O solo vai ficando cada vez mais fraco e as colheitas vão diminuindo. A terra deve ser usada com muito cuidado, não é difícil, basta pensar um pouco o que fazer. Deve-se planejar a propriedade, encontrar a vocação natural do solo, por exemplo, o alto dos morros e as encostas dos rios devem ser preservadas para mata nativa e reflorestamento, ela evitam enxurradas e garantem as fontes de água. As restevas de planta devem ser as mais planas, protegidas por curvas de nível, os terraços e cercas vivas ou de pedra, nas pastagens não colocar mais animais do que o solo suporta. O trabalho em sentido ao objetivo da Técnica esta ligada ao domínio do homem sobre o homem além de submeter a terra muito mais quando começa por cultivá-la e sucessivamente reelabora produtos conforme suas necessidades. A agricultura constitui-se assim um campo primário da atividade econômica e mediante o trabalho humano, um fator indiscutível da produção. A indústria, por sua vez, consistirá sempre no conjugar as riquezas da Terra, quer dos recursos vivos da natureza, quer dos produtos da agricultura, que dos recursos minerais ou químicos, com o trabalho do homem, tanto trabalho físico como no campo intelectual. Com a técnica ocorreu um progresso econômico, ao mesmo tempo surgem interrogações essências que se voltam ao trabalho do homem em relação ao seu sujeito, que é precisamente o homem. Tais interrogações contêm em si uma carga particular de conteúdos e de tensões de caráter-ético e ético-social, que são um desafio contínuo para toda sociedade.

É nessa tensão de caráter ético que deve prosseguir para um consenso construído. Quando o homem tomar consciência de seu modo de ser-no-mundo o que para muitos **“Non liquit”** e de como fazer

1 Não está claro.

para ser, ao mesmo tempo, ele toma uma decisão trágica. A transformação de paradigmas, apontando seu olhar holístico para um novo paradigma voltado para a dimensão de transformar a crise que assola o nosso planeta nas últimas décadas desse século: “É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam dados os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, a economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais, e espirituais, uma crise de escala e permanência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos de defrontar a real ameaça da raça humana e de toda vida no planeta” (Capra, p.19). Existem muitos paradoxos sociais de nosso tempo entre outros a des-humanização da estrutura social *versus* liberação da consciência individual, combate no mundo público *versus* harmonia na vida privada é a sugestão de voltar-se para as relações de consenso construído com coerência entre os PVFs, ajudará a reorganizar a sociedade. É a consciência de que não se pode mais permitir que “Eles enganam meu povo dizendo que tudo vai bem quando nada vai bem. Pretendem esconder as rachaduras na parede com uma mão de cal”. (Bíblia Sagrada, Ez 13,10). Passavam para o povo uma terra sem dores, tristezas, uma utopia. As armas transformadas em arados, harmonia com a natureza, lugares secos em mananciais de águas, os poderosos seriam destronados, e a terra devolvida, como herança, aos mansos, fracos, pobres e oprimidos: ter-se-ia aí um desenvolvimento sustentável para todos os homens. Assim, fica descrito o processo de análise da mentalidade de posse e ocupação da terra com a identificação e análise dos PVFs na busca do desenvolvimento sustentável.

6 Bibliografia

EDEN, C. *Messing about in problems*. Oxford: Pergamon, 1983

ENSSLIN, L et.al. *Apoio à Decisão- Metodologia para Estruturação de Problemas e Avaliação Multicritério de Alternativas*. Florianópolis: Insultar, 2001

Holtz, ELIO. *Estratégias de Equilíbrio entre a busca de benefícios privados e os custos sociais gerados pelas unidades agrícolas familiares*. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 1999

Knorek, Reinaldo. *Elementos Fundamentais para o desenvolvimento e sustentabilidade na agropecuária*. Dissertação de mestrado. UFSC, 2000

Knorek, Reinaldo. *Mentalidade de posse e ocupação da terra - Um estudo cognitivo-explicitativo entre atores atuantes no meio rural, na dialética de construir uma ecovisão sustentável, frente ao método múlticritério de apoio à decisão*. Tese de Doutorado. UFSC, 2005

LOCH, C. – *III Encontro nacional dos órgãos de terra e I Seminário Nacional de Cadastro Técnico Multifinalitário para órgãos de terra*. Florianópolis 1993. anais

LOCH, C. *Monitoramento global e integral de propriedades rurais: a nível municipal, utilizando técnicas de sensoriamento remoto*. Florianópolis, UFSC, 1990

MORIN, E. *A cabeça Bem-Feita. Repensar a reforma reformar o pensamento*. 3º ed. Bertrand Brasil, 2001